



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE  
CONTROLE INTERNO - CONSOLIDADO**

**Emitente:** *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

**Unidade Gestora:** *Prefeitura Municipal de Montanha/ES*

**Gestor responsável:** *Andre dos Santos Sampaio*

**Exercício:** *2021.*

**1. Introdução**

As conceituações do Controle Interno compreendem o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, e assegurar o cumprimento da Lei.

Foi realizada averiguação em processo, dentro do que foi elaborado PAAI – Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2021, monitoramento de ações no Portal da Transparência, e dos serviços e-Ouv, e e-Sic.

Não foram realizadas auditorias nos itens aqui descritos, entretanto foram verificados e inspecionados dentro do possível, processos, pontos específicos a serem melhorados, alterados e acompanhados, não sendo realizada auditoria propriamente dita, mas foram realizadas inspeções de ponto de controle nos processos.

Tendo com base a Tabela Referencial 1, constante na IN-TC nº 43/2017, a seguir, estão os itens selecionados na UG – Unidade Gestora, para avaliação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	Relatório de movimento financeiro	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	A Lei Municipal nº 1.043/20, para o exercício de 2021, que estimou a receita e fixou a despesa para o município de Montanha previu em seu art. 3º a importância de R\$1.740,000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais) para cobertura das despesas do poder legislativo.	Relatório de Movimento financeiro emitido do software de contabilidade pública e CF/88 art 168.

**Constatações:** Os repasses foram realizados em:

DATA DO PAGTO/ VALOR

20/01/2021 – R\$ 145.000,00	16/08/2021 – R\$ 145.000,00
18/02/2021 – R\$ 145.000,00	17/09/2021 – R\$ 145.000,00
12/03/2021 – R\$ 145.000,00	19/10/2021 – R\$ 145.000,00
09/04/2021 – R\$ 145.000,00	16/11/2021 – R\$ 145.000,00
14/05/2021 – R\$ 145.000,00	17/12/2021 – R\$ 145.000,00
15/06/2021 – R\$ 145.000,00	
15/07/2021 – R\$ 145.000,00	

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de pontos de controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação – aplicação mínima	RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na	A Constituição federal estabelece: art 212. A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2021 (Anexo 8) e art. 212 – CF/88.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
Estado do Espírito Santo

				<b>CONTROLE INTERNO</b>		
				manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	
<p><b>Constatações:</b> Os dados constantes na RREO (6º Bimestre/2021) – Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE), apresentam o total da Receita de Imposto no valor de R\$ 49.853,918,03 (quarenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e três centavos); O total das despesas para fins de limite constitucional alcançou o valor total de R\$ 14.201.646,78. Sendo assim, o percentual de aplicação em MDE realizada pelo município de Montanha alcançou na data base de 31/12/2021, o índice de 28,59% (vinte e oito vírgula cinquenta e nove por cento), ultrapassando o limite anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 – CRF/88.</p>						
				<b>Educação RREO – anexo CRFB/88,</b>	<b>Avaliar se foram</b>	<b>A Lei Federal nº 14.113/20 RREO – Relatório</b>
1.4.2	– remuneração dos profissionais do magistério	8	art. 60, inciso XII do ADCT.	destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	estabelece: art. 26 pelo menos 70% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.	Resumido da Execução Orçamentária – 6º bimestre de 2021 (anexo 8) e art. 22 – Lei Federal nº 11.494/07.
<p><b>Constatações:</b> Os dados constantes no RREO (6º Bimestre/2020) – Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE), apresenta as Receitas Recebidas do FUNDEB no valor de R\$ 15.689.746,15 (quinze milhões, seicentos e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos), sendo que o Pagamento dos Profissionais do Magistério alcançou R\$ 11.668.288,74 (onze milhões e seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) o que representa um índice de Pagamento ao Profissionais do Magistério na ordem de 74,37% (setenta e quatro vírgula trinta e sete por cento), ultrapassando o limite anual mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º constituição Federal 2</p>						
1.4.4	Saúde – aplicação mínima.	RREO – anexo XII	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 15%, respectivamente, pelo estado e pelos	A Lei Complementar nº 141/2012 estabelece: art.7º Os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2020 (Anexo XII) e Art. 7º - LC 141/12.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**CONTROLE INTERNO**

				municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	arrecadação dos impostos que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.	
Constatações: Os dados constantes no RREO (6º Bimestre/2020) – Anexo XII (Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde), demonstram que o Total das Receitas Resultantes de Imposto e Transferências Constitucionais e Legais foi de R\$ 49.705.827,11. (quarenta e nove milhões, setecentos e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e onze centavos) e que o valor aplicado em ASPS foi de R\$ 13.721.875,61, o que demonstra que as despesas em ações e serviços públicos de saúde realizada pelo Município de Montanha alcançou na data base de 31/12/2021 o índice de 27,52% (vinte e sete vírgula cinquenta e dois por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido no art. 7º - LC 141/12.						
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Demonstrativo da despesa com pessoal Anexo I RGF	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	A Lei Complementar nº 101/00 estabelece: art 19 para fins do disposto no caput do art. 169 da constituição a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III- município 60% (sessenta por cento); e art. 20 a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: III – na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.	RGF – relatório de gestão fiscal – 2º semestre de 2021 (anexo 1) e arts 19 e 20 LC 101/2000.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

Constatações: Os dados constantes no RGF (2º semestre/2020) - Anexo I (demonstrativo simplificado do RGF – Orçamento Fiscal e da seguridade Social), apresentam a Receita Corrente Líquida – RCL de R\$ 72.390.756,64 (setenta e dois milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) e despesa total com pessoal no valor de R\$ 34.255.670,10 (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, seicentos e setenta reais e dez centavos). Sendo assim, a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na data base de 31/12/2021 o índice de 47,32% (quarenta e sete vírgula trinta e dois por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido não está no limite de alerta que corresponde entre 54% (cinquenta e quatro vírgula zero por cento).

A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, já que o Poder Executivo está a 6,68% (seis vírgula sessenta e oito por cento) para atingir o limite prudencial que é de 54,00% (cinquenta e quatro vírgula zero por cento). Além disso, de acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF - LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 60% (sessenta por cento).

1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2020 (anexo 1)	LC 101/2000, art 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único inciso I e V, da LRF foram observados.	A LC nº 101/2000 no art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: Conforme incisos I a V da LRF.	RGF – Relatório de gestão Fiscal – 2º Semestre de 2021 (Anexo 1) e art. 22, parágrafo único e incisos I a V.
--------	---	--	--------------------------------------	---	--	--

**Constatações:** O Poder Executivo NÃO ultrapassou o limite prudencial das Despesas com Pessoal.

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de	RGF – anexo I	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF	A LC nº 101/00 §1º a 4º do art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2021 (anexo 1) art. 23 da LC 101/2000, e art. 169 da CF/88
--------	---	---------------	---	--	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

	contenção			88) foram adotadas.	de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em LC. (Redação dada pela EC nº 19, de 1998) da CF/88.	
--	-----------	--	--	---------------------	--	--

**Constatações:** O Poder Executivo NÃO ultrapassou o limite prudencial das Despesas com Pessoal.

**2. Itens de abordagem complementar**

**22.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LDO – Lei Municipal nº 1.028/2020	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	A LC nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste art. No art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;	LDO – Lei Municipal nº 1028/2020

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 1.028/2020 – LDO para o exercício de 2021 no art. 24 critérios para limitação de empenho.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

2.1.3	LDO – controle de custos avaliação de resultados de programas	LDO Arts. 39 e 40	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	A LC nº 101/2000, art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;	Lei Municipal nº 1.028/2020 LDO
-------	---	-------------------	---	--	--	---------------------------------

**Constatações:** consta na Lei Municipal nº 1.028/2020 – LDO para o exercício de 2021 no **Art. 39**. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF. Parágrafo Único – os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF), e **Art. 40**. Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º I, “e” da LRF).

2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO - 1028/2021 art 32	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	A LC nº 101/2000 art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da constituição e: I- disporá também sobre: f) demais condições e exigências para transferências de recursos e entidades públicas e privadas;	LDO – Lei Municipal nº 1028/2021 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, alínea “f”.
-------	---	------------------------	---	---	---	--

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 1028/2020 – LDO para o exercício de 2021 em seu **Art. 32** dispositivo que estabelece condições e exigências para transferências de recursos a entidades público privadas.

2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LDO – 1028/2020 Art. 1º Inciso I	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da	Lei complementar nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: § 1º integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias anexo de	LDO -Lei Municipal nº 1028/2020 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, §§ 1º e 2º.
-------	--	----------------------------------	-----------------------------------	---	--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

				dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	metas fiscais, em que serão estabelecidos metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes § 2º alíneas I a V.	
--	--	--	--	--	---	--

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 1028/2020 – LDO para o exercício de 2021, o anexo II de Metas Fiscais.

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Municipal nº 1028/2020.	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao manual de demonstrativos fiscais editados pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO- Lei Municipal nº 1028/2020 e Portaria STN nº 637/2012, art 1º Parágrafo Único e art. 2º.
-------	-------------------------------------	---	--------------------------	--	--	---

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 1.028/2020 – LDO para o exercício de 2021, os Demonstrativos elaborados conforme o Manual aprovado da STN, sendo: Art. 7º - Metas Anuais; Art. 8º – Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Art. 9º – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores; Art. 10º – Evolução do Patrimônio Líquido; Art. 11º – Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Art. 12º – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Art. 13º – Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LDO 1.028/2020 Art. 6º	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as	Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1028/2020.	LDO 1028/2020 e LC 101/2000, art. 4º, § 3º.
-------	---	------------------------	-----------------------------	--	---	---





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

				providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.		
<b>Constatações:</b> Consta na lei municipal nº 1028/2020 - LDO para o exercício de 2021, o anexo de Riscos Fiscais, bem como também é abordado sobre o tema Riscos Fiscais em seu Art. 27, § 2º.						
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais - conteúdo	LDO – Lei Municipal nº 1028/2020	Portaria STN nº 637/2012 art. 165, § 7º.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO – Lei Municipal nº 1028/2020, art. 1º, Parágrafo Único, e art. 4º.
<b>Constatações:</b> Consta na Lei Municipal nº 1.028/2020 – LDO para o exercício de 2021, o Anexo de Riscos Fiscais e o Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências, elaborado conforme o Manual aprovado da STN.						
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios.	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública.	CRF/88 art 100, § 5º	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Fica estabelecido na CF/88, § 5º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

					(redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009)	
<b>Constatações:</b> Consta no Orçamento Municipal dotação para pagamento de sentenças judiciais para o exercício de 2021.						
2.1.17	Transparência na Gestão	PPA 2018-2021 LDO 2021 e LOA 2021.	LC 101/2000 art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de Lei do PPA, da LDO e da LOA.	A LC nº 101/2000, art 48 Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos.	PPA 2018-2021, LDO 2021, LOA 2021, e LC nº 101/2000, art. 48, parágrafo único.
<b>Constatações:</b> Não constam atas e/ou nenhum documento que comprovem as realizações de Audiências Públicas no exercício de 2021.						
<b>22.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>						
Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Procedimento	Universo de ponto de controle	Amostra analisada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LOA 1043/2020 art.5º.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Na CF/88 art. 167. São vedados: V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes	Lei municipal nº 1043/2020 art 5º. CF/88, art 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.
<b>Constatações:</b> Consta na Lei Municipal nº 1043/2020 – LOA no art. 5º autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.						
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Decretos nº 001 ao 003, 005, 007 ao 09, 011, 012,	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados	A Lei nº 4.320/1964, art 42- Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro: Os créditos suplementares e	Decretos nº 001 ao 003, ao 010, 12 ao 021, 22 ao 034,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
Estado do Espírito Santo



**CONTROLE INTERNO**

014 ao 021,  
023 ao 034,  
037 e 054/2021

por lei foram abertos  
mediante edição de  
decreto  
executivo.

especiais especiais serão  
autorizados por lei e  
abertos por decreto  
executivo.

054/2021–  
suplementações no  
orçamento, e a Lei nº  
4.320/1964, art 42.

**Constatações:** Constan 53 (cinquenta e tres) decretos suplementares no Orçamento da Despesa prevista para o exercício de 2021, Decretos nº 001 ao 0010, ao 010, 012ao 54/2021/

Créditos orçamentários – transposição	LOA - Lei Municipal nº 1043/2020C RFB/88, art. 167	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos	A CF/88, art 167, inciso VI – a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	LOA – Lei Municipal 1043/2020, e CF/88 art. 167, inciso VI.	
2.2.15	remanejamento e transferências	inciso VI	de uma categoria de programa ção para outra, sem prévia autorização o		

legislativa.

**Constatações:** Não houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

2.2.19	Créditos extraordinários - abertura	Relatório de Créditos Adicionais emitido do software de Contabilidade Pública.	CRFB/88, art 167 § 3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62 da CRFB/88.	A CF/88, art 167, § 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62.	Relatório de créditos adicionais emitido do software de Contabilidade Pública e CF/88 art. 167, § 3º.
--------	---	--	-----------------------------	--	--	---

CRFB/88.

**Constatações:** Conforme verificado no relatório não houve abertura de Créditos Extraordinários no Exercício de 2021.

Prefeitura Municipal de Montanha – Praça Osvaldo Lopes, s/n – Centro – Montanha-ES – CEP 29890-000

Fone: (27) 3754-2260 - E-mail: [controladoria@montanha.es.gov.br](mailto:controladoria@montanha.es.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**CONTROLE INTERNO**

2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação realizada no Portal da Transparência	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Na LC 101/2000, art. 48. São Instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da execução orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único.	Verificação realizada no Portal da Transparência, e LC 101/2000, art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	---	--	--	---	--	---

**Constatações:** Constam no Portal da Transparência deste município o PPA 2018-2021, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2021, não constam os pareceres prévios emitidos pelo Controle Externo, dentre outros, até a presente data.

2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Análise/consulta ao Portal de Transparência ref. 6º bimestre de 2021	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foi objeto de divulgação em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art 48-A da LRF.	Na LRF a LC nº 101/2000 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o RREO e o RGF; e as versões simplificadas desses documentos.	Análise/consulta ao Portal da Transparência ref. 6º bimestre de 2020, e LC 101/2000 art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	---	--	-----------------------	--	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

**Constatações:** O Portal de Transparência do Município de Montanha tem passado por constantes atualizações e evoluído significativamente em relação aos anos anteriores, dando aos cidadãos um amplo e irrestrito acesso às informações da Gestão Municipal com implantação de mecanismos e ferramentas que o Poder Público deve oferecer ao cidadão para uma transparência mais eficaz. Através de uma consulta e análise no Portal da Transparência do município de Montanha no campo “DESPESA” verificamos que foram feitas as devidas movimentações de seus empenhos, liquidações e pagamentos, referente ao 6º bimestre de 2021.

**2.4. Limites constitucionais e legais**

2.4.4	Dívida pública – evidencição no RGF	Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2021 (anexo 2) Demonstrativo da dívida consolidada líquida	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º inciso III	Nos casos em que a dívida consolidada líquida Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do art. 4º, avaliar se o limite apurado anualmente após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avos) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101 de 2000.	A resolução nº 40 de 2001 dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e a mobiliária dos Estados do DF e dos municípios em atendimentos ao disposto no art. 52, VI e IX, da CF art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, ao final do 15º exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: II – no caso dos municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a RCL, definida na forma do art. 2º. Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da LC nº 101/2000.	Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2021 (anexo 2) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, e resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art 4º, inciso III.
-------	-------------------------------------	--	--	---	--	---

**Constatações:** O RGF do 2º semestre de 2021 (anexo 2) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida apresentou na Data Base 31/12/2020 uma disponibilidade de caixa = R\$ 10.837.366,10 (dez milhões, oitocentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e dez centavos) valor suficiente para cobrir a dívida consolidada de R\$ 2.333.885,64 (dois milhao trezentos e trinta e tres mil e oitocentos e oitenta cinco reais e sesenta e quatro centavos), sendo possível afirmar que o município não ultrapassou o limite definido pela Resolução do Senado Federal de 120% (cento e vinte por cento) da RCL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA  
Estado do Espírito Santo

**CONTROLE INTERNO**

**2 AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

Após realização das análises e **averiguações** nos processos e procedimentos acima descritos, bem como monitoramento de ações no Portal da Transparência, e dos serviços e-Ouv, e e-Sic, não foram encontrados achados ou constatações, portanto, desnecessária a indicação de proposições e alertas.

**3 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS  
INSTAURADOS NA UG**

Não houve nenhum processo de Tomada de Contas especial ou Procedimento administrativo instaurado no exercício de 2021 no Município de Montanha – ES.

Montanha, 30 de março de 2021.

**Julcimar Brito Bredoff**  
**Controlador Interno**